


Raça/etnia e gênero na formação em Serviço Social na Região Norte¹

Race/ethnicity and gender in Social Work training in the North region


Milena Fernandes BARROSO

Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas, São Cristovão, SE, Brasil.
Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Programa de
Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazonia, Manaus, AM, Brasil.
e-mail: mibarroso@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8349-1508>


Ana Claudia Lopes MARTINS

Prefeitura de Manaus, Secretaria de Saúde, Manaus, AM, Brasil
e-mail: anaclaudialopesmartins13@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4263-5667>

Taysa Cavalcante RODRIGUES

Instituto Metropolitano de Ensino, Centro Universitário FAMETRO,
Curso de Serviço Social, Manaus, AM, Brasil.
e-mail: taysacavalcante12@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-3778-1018>

Resumo: O artigo trata da inclusão do debate étnico-racial e de gênero na formação profissional em Serviço Social. Com o objetivo de conhecer a inserção dessas temáticas nos projetos pedagógicos dos cursos da região Norte do país, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental nas universidades federais, com ênfase na análise das disciplinas e ementários. O texto aponta avanços e desafios para a inclusão e consolidação dessas temáticas na formação de assistentes sociais. Nota-se uma ampliação do debate no conjunto da categoria, porém, na formação em nível de graduação, tais temáticas não assumem centralidade, aparecem nas disciplinas obrigatórias de forma difusa em meio a outros tópicos, e apenas em algumas disciplinas optativas observa-se um trato mais específico dos temas.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico de Curso. Formação profissional em Serviço Social. Debate de gênero. Debate étnico-racial.

Abstract: The article deals with the inclusion of the debate around ethnicity, race, and gender in professional Social Work training. It aims to understand the insertion of these themes within the pedagogy of courses in the North region of the country. Bibliographical and documentary research was conducted at federal universities, focusing on the analysis of disciplines and syllabuses. The article highlights advances and challenges for the inclusion and consolidation of these themes within the training of social workers. While there has been an expansion of the debate on this category, in undergraduate training these themes are not central, they appear

¹ Artigo produzido com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).



within mandatory subjects in a diffuse way, and only in some optional subjects is there a more specific treatment of these themes.

Keywords: Course Pedagogical Project. Professional training in Social Work. Gender debate. Ethnic-racial debate.

Submetido em: 16/6/2024. Revisto em: 3/7/2024. Aceito em: 11/7/2024.

Introdução

A formação em Serviço Social propõe a viabilização da capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à apreensão dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento da história brasileira, a partir da identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento das expressões da questão social (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996). Formação que resulta de determinantes histórico-sociais e da ação dos sujeitos profissionais nas tensões e disputas em torno de projetos de educação, em que se apresentam novos desafios à formação acadêmico-profissional de assistentes sociais, como o debate crítico das relações étnico-raciais e de gênero.

No intuito de apreender como tais discussões são realizadas na formação profissional em Serviço Social nas instituições federais de ensino superior da região Norte do país, procedemos com uma pesquisa bibliográfica e documental. A escolha das universidades federais da região Norte se deu pela relação das pesquisadoras com a região, sendo a instituição federal seu espaço de pesquisa e trabalho. Além de constituírem amostras viáveis e significativas pela relevância que tais instituições possuem na formação em Serviço Social, inclusive ocupando a dianteira da adaptação dos currículos para o atendimento às necessidades específicas da região.

O percurso metodológico envolveu o levantamento das Universidade Federais na região Norte que possuem o curso de graduação em Serviço Social e seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Foram consultadas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Identificou-se que somente as Universidade Federais do Amazonas, Pará e Tocantins oferecem o referido curso. Para análise, foram consultados os PPCs e as grades curriculares, com foco nas disciplinas e ementários.

O artigo pretende contribuir com estudos sobre a formação em Serviço Social e reforçar a relevância das discussões sobre as relações sociais de gênero, raça/etnia, no âmbito da formação em Serviço Social. Para tal, o texto está dividido em dois itens, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tópico traz apontamentos sobre a relação entre o Serviço Social e os debates de gênero e raça/etnia. O segundo analisa a inserção de tais discussões na formação em Serviço Social nas instituições públicas da região Norte do país.

A aproximação do Serviço Social brasileiro ao debate étnico-racial e de gênero no processo de formação profissional

Enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social é perpassado por determinações históricas que se modificam conforme a dinâmica da sociedade capitalista. A partir do fim da década de 1970, a profissão passa por uma inflexão teórico-metodológica e ético-política que impulsiona a construção de um novo projeto profissional voltado para a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Com aporte da teoria social marxiana, o Serviço Social buscou romper com o conservadorismo na profissão, definindo sua direção social com expressão maior no Projeto Ético-político consolidado na década de 1990, cujas bases são: o Código de Ética Profissional, de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993, e as Diretrizes Curriculares, de 1996.

Os debates de gênero e étnico-raciais não são uma novidade para o Serviço Social brasileiro e apesar do reconhecimento pela categoria das discriminações históricas vivenciadas pelas mulheres, pessoas racializadas e LGBTQs no Brasil, a inserção das questões étnico-raciais e de gênero nos currículos de formação profissional ainda é um desafio (Elpídio, 2020; Rocha, 2014).

No Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS) de 2010, no Rio de Janeiro, com a criação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) *Serviço Social, relações de exploração/opressão de gênero, raça/etnia, geração, sexualidades*, a categoria profissional garantiu maior relevo a essas discussões no âmbito do Serviço Social. Este é um marco de fortalecimento e visibilidade desses debates na formação profissional e incidência coletiva para tornar as discussões de gênero e étnico-raciais conteúdos imprescindíveis dos Núcleos de Fundamentação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social.

Os núcleos de fundamentação da formação em Serviço Social consolidados pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) – Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional – são articulados, interdependentes e não hierárquicos (Lima, 2014). Além disso, levam em sua composição os diversos componentes curriculares, como as disciplinas, atividades complementares, de pesquisa e extensão, seminários, os quais serão discutidas no próximo tópico.

Parte-se do pressuposto de que, enquanto profissão socialmente determinada, o Serviço Social, no processo de reprodução das relações sociais, sofre implicações do movimento concreto da realidade, sendo necessário ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo (Yazbek, 2009) para situá-lo no contexto de relações mais amplas da sociedade *patriarcal-racista-capitalista*, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado edificam frente à questão social e às suas manifestações, em múltiplas dimensões.

Nessa direção, considerando a indissociabilidade das lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas, a análise de que as classes sociais não são homogêneas, posto serem determinadas pelas relações de gênero/sexo, raça e etnia (Cisne, 2018), e as demandas que derivam do agravamento das desigualdades étnico-raciais e de gênero, num contexto de crise estrutural do capital, estão conectadas, é possível apreender a diversificação das demandas, tarefas e atribuições do Serviço Social, que não podem ser explicadas de forma endógena, mas no cenário em que essas questões, ações, competências e atribuições ganham sentido.

Considerar tais questões a partir da reprodução das relações sociais é entender a totalidade da vida social como produto do sistema patriarcal-racista-capitalista, que produz relações desiguais de gênero, raça/etnia e classe, aqui compreendidas como expressão de determinado modo de vida, do cotidiano, de valores, de práticas culturais e políticas e do modo como se produzem as ideias nessa sociedade. Ideias que se expressam em práticas sociais, políticas, culturais, padrões de comportamento e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade (Iamamoto; Carvalho, 2015; Yazbek, 2009). Logo, a formação em Serviço Social não poderia tardar em reconhecer as determinações de gênero e de raça/etnia, uma vez que atravessam e determinam as relações sociais e, particularmente, a classe trabalhadora.

Lole (2019) analisa que os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional abrem espaço para o debate de gênero ao pensarem as múltiplas expressões da questão social, todavia, ao demarcar a classe como eixo central, secundariza os debates de gênero na apreensão de suas determinações, ou seja, não estão evidenciados nos conteúdos do núcleo de fundamentos da vida social. Vale destacar a importância e o desafio da compreensão da imbricação *patriarcado-racismo-capitalismo* como possibilidade de ampliação da análise dos fundamentos das relações sociais. Afinal, conforme sinaliza Saffioti (2000), “[...] ao longo da história do patriarcado, este foi se fundindo com o racismo, e posteriormente, com o capitalismo, regime no qual desabrocharam, na sua plenitude, as classes sociais” (Saffioti, 2000, p.73).

Além disso, Borges e Cruz (2017) atentam-se que o Serviço Social, enquanto profissão, faz parte da divisão sexual do trabalho e que o desprestígio de determinados debates na profissão deriva também dessas estruturas de dominação, que subalternizam tais temáticas. Ademais, apesar do crescimento das pesquisas, debates e publicações sobre gênero e raça no Serviço Social, ainda permanece como limite a compreensão de que tais discussões são acessórias e fragmentam a classe trabalhadora. Em outra direção, entendemos que estes debates ampliam as possibilidades de apreensão das contradições que estruturam as relações sociais e dos determinantes fundamentais da vida social.

O debate étnico-racial, por sua vez, está localizado, privilegiadamente, no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. De acordo com Elpídio (2020), o debate racial é essencial, por ser considerado um construto social e um dos eixos que estruturam as relações sociais capitalistas no Brasil. A autora propõe que tal debate não deva ser apresentado isoladamente na formação profissional, visando o aprofundamento dessa temática em disciplinas regulares dos três núcleos de fundamentação, sendo esta uma sugestão de atividade coletiva que busque romper com o “[...] falso dilema raça e classe” (Elpídio, 2020, p. 523).

Com intuito de promover a inserção dos conteúdos sobre as relações de gênero e étnico-raciais, em 2014, em assembleia realizada no XIV ENPESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2016) aprovou que seja realizada, no mínimo, uma disciplina – de preferência, antes da inserção em campo de estágio – com as temáticas de raça/etnia, gênero, sexualidades, relações de exploração de sexo, geração. Apontou ainda a necessária inclusão de tais discussões no currículo obrigatório, de forma correlacional e transversal.

É exposto no documento *Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social*, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (2019), que tal

debate mostra-se essencial para se compreender a questão social na dialética da formação social brasileira, afinal, com base em um viés crítico e de totalidade, apreende-se que a raça é uma das dimensões relevantes no que se refere às posições – exploração e dominação – na estrutura de classes.

O documento também reforça os aspectos da etnia nesse debate, que apesar de ser utilizado junto do termo *raça*, esses não são sinônimos, e sim, categorias distintas. Ainda assim, são utilizadas em conjunto, ao complementarem as discussões voltadas às opressões e exploração de classe que, na realidade brasileira, atingem principalmente as populações negras e indígenas. Acerca da questão indígena no Serviço Social, Amaral e Bilar (2020) analisam que essa discussão ainda é incipiente na categoria profissional, tendo um pequeno avanço com a emergência de produções acadêmicas sobre essa temática, com realce para a “[...] inédita e emergente autoria das próprias indígenas assistentes sociais no universo analisado” (Amaral; Bilar, 2020, p. 192).

Desse modo, concordamos com Elpidio (2020) ao afirmar que a categoria raça/etnia – assim como o debate de gênero – não dispõe da centralidade que merece, sendo necessária sua incorporação na formação profissional de modo transversal e correlacional. Logo, mostra-se central materializar esses debates nos PPCs em cada núcleo de fundamentação, captando sua profundidade e superando sua secundarização na formação profissional.

Os debates de gênero e étnico-racial nos PPCs de Serviço Social

O presente tópico visa a analisar os projetos pedagógicos atuais² dos cursos de graduação em Serviço Social da UFAM, UFPA e UFT – presenciais e com duração média de quatro anos. O intento é identificar se há e como se realiza a inclusão do debate das relações de gênero (incluindo sexualidade) e étnico-raciais.

A seguir é apresentado um quadro com a universidade, *campi* que ofertam o curso e ano do projeto pedagógico vigente.

Quadro 1: Unidades acadêmicas da região Norte que ofertam a graduação em Serviço Social

Universidade	Localização dos <i>campi</i>	Projeto Pedagógico/ Estrutura curricular atual
UFT	Miracema	2024
UFAM	Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais (IFCHS) – Manaus	2019
	Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) – Parintins	2012
UFPA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) – Belém	2022
	Campus Universitário do Marajó-Breves – Breves, Cametá, Melgaço	2016
	Campus Universitário de Abaetetuba – Abaetetuba	2013

Fonte: Pesquisa documental, 2024.

² A pesquisa documental foi realizada no ano de 2023 e atualizada no primeiro semestre de 2024.

Devido à ausência dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) nos sites da UFPA, a análise se debruçou sobre quatro projetos pedagógicos (UFAM – Manaus e Parintins; UFT – Miracema; UFPA – Marajó-Breves) e duas estruturas curriculares (UFPA – ICSA e Abaetetuba). Os PPCs são documentos produzidos por cada unidade do curso de Serviço Social das universidades, cuja estrutura, geralmente, envolve: breve histórico do curso, com apresentação, caracterização e objetivos; matriz pedagógica, contendo a estrutura curricular, disciplinas e o ementário; informações importantes sobre atividades como Trabalho de Conclusão de Curso, estágio curricular, pesquisa, extensão e atividades complementares; infraestrutura necessária para oferta do curso; recursos humanos (docentes e técnicos administrativos); e, por fim, referências bibliográficas.

As disciplinas (obrigatórias ou optativas) “[...] constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática” (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 15), com carga horária previamente definida. Para esta análise, foram considerados os seguintes elementos prioritários: matriz curricular, disciplinas (incluindo os seminários e oficinas), ementário, atividades complementares ou extracurriculares de pesquisa e extensão. Para melhor visualização dos dados, o quadro 2 apresenta as disciplinas que tratam das temáticas de gênero, raça/etnia nos PPCs de cada curso.

Quadro 2: As discussões de gênero e raça/etnia na formação em Serviço Social (UFAM, UFT, UFPA)

	Gênero	Raça/etnia
UFAM Manaus	Disciplina obrigatória: Direito e Legislação Social (7º período). Disciplina optativa: Diversidade sexual, geracional e familiar.	Disciplina obrigatória: Direito e Legislação Social (7º período). Disciplina optativa: Questões Urbana e Rural na Amazônia.
UFAM Parintins	Disciplina obrigatória: Direito e Legislação Social (5º período). Disciplina obrigatória (flexibilização curricular): Tópicos Especiais (8º período). Disciplina optativa: Gênero e Família no Brasil.	Disciplina obrigatória: Direito e Legislação Social (5º período). Disciplina obrigatória (flexibilização curricular): Tópicos Especiais (8º período). Disciplina obrigatória: História Cultural da Amazônia (3º período).
UFT Miracema	Disciplina obrigatória: CCEX I - Realidade Social da Amazônia, Povos e Comunidades Tradicionais (4º período). Disciplina obrigatória: Serviço Social e Direitos Humanos (5º período). Disciplina obrigatória: Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero (7º período). Disciplina obrigatória: Seminário de Relações Étnico-Raciais no Brasil (7º período). Disciplina obrigatória: Famílias Contemporâneas e Serviço Social (6º período).	Disciplina obrigatória: CCEX I - Realidade Social da Amazônia, Povos e Comunidades Tradicionais (4º período). Disciplina obrigatória: Serviço Social e Direitos Humanos (5º período). Disciplina obrigatória: Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero (7º período). Disciplina obrigatória: Seminário de Relações Étnico-Raciais no Brasil (7º período). Disciplina obrigatória: Formação Social, Econômica e Política do Brasil (1º período). Disciplina obrigatória: Antropologia (2º período). Disciplina optativa: Criança e Adolescente no Brasil.

	Disciplina optativa: Criança e Adolescente no Brasil.	
UFPA Marajó Breves	Disciplina obrigatória: Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia (3º período). Disciplina obrigatória: Relações de gênero e Etnia (8º período). Disciplina optativa: Seminário de Política Social III – Gênero, orientação afetivo-sexual e etnia.	Disciplina obrigatória: Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia (3º período). Disciplina obrigatória: Relações de gênero e Etnia (8º período). Disciplina obrigatória: Formação socioeconômica e política do Marajó (2º período). Disciplina optativa: Seminário de Política Social III – Gênero, orientação afetivo-sexual e etnia.
UFPA- ICSA	Disciplina optativa: Sociedade e Gênero.	Disciplina optativa: Seminário Diversidade étnico-cultural no Brasil e na Amazônia (1º período, carga horária de 10h).
UFPA- Abaetetuba	Disciplina optativa: Sociedade e Gênero.	Disciplina obrigatória: Seminário Diversidade étnico-cultural no Brasil e na Amazônia (2º período, carga horária de 10h).

Fonte: Pesquisa documental, 2024.

No PPC da UFAM – Manaus, notamos que ambas as temáticas compõem a ementa da disciplina obrigatória de *Direito e Legislação Social*, como segue: “Família e direitos sociais: geracionais; gênero; populações tradicionais (indígenas e não indígenas)” (Universidade Federal do Amazonas, 2019, p. 60). Além disso, constam na área temática Gênero, Raça/Etnia, Geração, sexualidades nas atividades de extensão.

Quanto ao debate específico de gênero e sexualidade, destacamos sua inserção nas atividades de pesquisa, tais como: no Grupo de Estudo, Pesquisa e Observatório Social: Gênero, Política e Poder (GEPOS); o Laboratório de Estudos de Gênero e Saúde Mental; a menção a *Relações de gênero* na linha de pesquisa Questões socioambientais, sustentabilidade e formas de resistência social; e a disciplina optativa de *Diversidade sexual, geracional e familiar*.

Em relação ao debate étnico-racial, salienta-se a disciplina optativa *Questões Urbana e Rural na Amazônia*, que possui a ementa: “[...] A luta dos negros, indígenas, ribeirinhos e quilombolas [...]” (Universidade Federal do Amazonas, 2019, p. 67); e nas práticas educativas integradas: “Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena” (Universidade Federal do Amazonas, 2019, p. 32).

Como parte da análise do PPC da UFAM – Parintins, enfatizamos ainda disciplinas obrigatórias no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira: *Direito e Legislação Social*, por possibilitar aos discentes uma visão geral acerca dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal voltados para a criança e adolescente, mulher, idoso, indígenas, meio ambiente e seguridade social; e *História Cultural da Amazônia*, cuja ementa se aproxima de um debate étnico ao discutir as sociedades indígenas, a Amazônia brasileira, as aproximações e distanciamentos do modo europeu de sociedade, entre outros.

Quanto à discussão de gênero, a disciplina optativa *Gênero e Família no Brasil* aborda em sua ementa as teorias sobre gênero, ampliando o debate sobre as relações de gênero com o Serviço Social, o conceito de família no Brasil contemporâneo e as expressões da questão social (Universidade Federal do Amazonas, 2012).

Apontamos ainda a disciplina de *Tópicos Especiais*, sendo esta uma atividade de flexibilização curricular que não possui um conteúdo fixo e, sim, uma rotatividade de temáticas, das quais podem ser escolhidas aquelas com debates raciais/étnicos, gênero e sexualidade. Como exemplos de conteúdos do PPC da UFAM – Parintins, encontram-se: Questão indígena; Gênero, raça e etnia; e Corpo e sexualidade.

O Projeto Pedagógico do *campus* de Miracema, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), cuja versão atualizada foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 76/2023, no que se refere aos seus componentes curriculares que englobam as temáticas que buscamos enfatizar, do Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológico da Vida Social, apenas a disciplina obrigatória de *Antropologia* traz em sua ementa um dos debates dos quais visamos nos aproximar: o étnico-racial. Assim, trata da diversidade étnica e conflitos no Brasil, bem como das relações interétnicas e populações tradicionais da Amazônia.

Em relação ao Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, citamos as seguintes disciplinas obrigatórias: *Formação Social, Econômica e Política do Brasil*, que apresenta uma ementa com diversos aspectos sócio-históricos da formação do Brasil, com foco no povo brasileiro e englobando pautas como escravismo, comunidades tradicionais, racismo, questão indígena, entre outras; *Componentes Curriculares de Extensão I - Realidade Social da Amazônia, Povos e Comunidades Tradicionais*, cujo conteúdo traz ambas as temáticas de gênero e raça/etnia, visto que engloba especificidades das expressões da “questão social” amazônica, com um olhar para a discussão de gênero, etnia e condições de trabalho (Universidade Federal do Tocantins, 2024). Ainda neste Núcleo, a disciplina *Serviço Social e Direitos Humanos* reforça em seu escopo os direitos humanos enquanto princípio ético da profissão e a atenção à diversidade de gênero, raça/etnia e sexualidades, bem como, os fundamentos e as concepções contemporâneas dos direitos humanos em uma sociedade capitalista.

Uma atualização relevante neste PPC de 2024 é a transformação em disciplinas obrigatórias de discussões antes realizadas mais especificamente em optativas, sendo: *Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero* e *Seminário de Relações Étnico-Raciais no Brasil*. As duas ementas são direcionadas para o debate sobre a exploração/opressão de gênero, patriarcado, sexualidade, conservadorismo, raça/etnia, racismo, classe social, violência contra as mulheres, movimentos sociais feministas, LGBTI+ e suas mediações com o exercício profissional dos/as assistentes sociais (Universidade Federal do Tocantins, 2024).

Por fim, representando o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, tem-se a disciplina optativa *Criança e Adolescente no Brasil*, que, além de resgatar todo o processo histórico do sistema de garantia de direitos a esses no país, realiza a interlocução de discussões direcionadas a classe, gênero e raça/etnia.

O Projeto Pedagógico da UFPA – Marajó-Breves sinaliza para uma formação profissional atenta às particularidades locais e às discussões de gênero e raça/etnia, como podemos observar no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira, que explicita o “[...] processo de constituição e desenvolvimento brasileiro e, particularmente da Amazônia e do Marajó, a partir dos padrões da acumulação de capital e as relações de opressão

de gênero, etnia, orientação afetivo-sexual e classes sociais” (Univesidade Federal do Pará, 2016, p. 19).

Ademais, destacam-se as seguintes disciplinas obrigatórias: *Movimentos Sociais no Brasil e na Amazônia*, que se propõe a discutir os movimentos sociais no contexto brasileiro e amazônico, compreendendo as relações de classe, gênero e étnico-raciais; *Relações de Gênero e Etnia*, com foco na construção social dessas relações em seu aspecto mais amplo, bem como, na interligação com o Serviço Social, além de abordar “[...] Gênero e Políticas Públicas. Reconhecimento da desigualdade de gênero e etnia: o sistema de cotas como mecanismos de ações afirmativas. Desigualdades étnico-raciais e estratégias de resistência” (Univesidade Federal do Pará, 2016, p. 32).

No conjunto das optativas, ressalta-se a disciplina *Seminário de Política Social III – Gênero, orientação afetivo-sexual e etnia*, englobando conteúdos como desigualdades, preconceito racial, sexualidades (apresentando conexão com gênero, saúde, religião, geração, etc.), diversidade e representações/construções identitárias, entre outras pautas que, apesar de reforçarem as mudanças e avanços nessas discussões, enfatizam que ainda são caracterizadas como expressões da questão social.

Tanto na estrutura curricular da UFPA-ICSA quanto da UFPA – Abaetetuba, destacamos a disciplina *Seminário: Diversidade Étnico Cultural na Amazônia*, sendo esta uma atividade complementar com carga horária de 10h. Na diretriz curricular do *campus* Abaetetuba, sua ementa envolve: “Oferecer um quadro analítico da discussão acerca da diversidade étnico-cultural configurada no Brasil e na Amazônia. Identidade, Diversidade Cultural e Mudanças Sociais. Universalidade e Particularidade” (SIGAA UFPA, 2022). Quanto à temática de gênero, nas duas unidades acadêmicas, aparece a disciplina optativa *Sociedade e Gênero* (sem ementa cadastrada).

Na UFPA-ICSA, registram-se também os seguintes grupos de pesquisas: Grupo de Estudos Sobre as Normalizações Violentas das Vidas na Amazônia; Grupo de Estudos e Pesquisa Saúde, Diversidade com Equidade; Grupo de Estudos e Pesquisa Interseccionalidades na (re)produção das desigualdades e diferenças na Amazônia.

Avanços e desafios na inclusão do debate étnico-racial e de gênero na formação em Serviço Social na região Norte

Do ponto de vista dos avanços, o estudo indica uma mudança, nos últimos anos, de *status* assumido por esse debate na formação em Serviço Social, oriunda de um processo de ampliação dessa discussão na sociedade brasileira e de maior articulação de pesquisadoras, professoras e estudantes, que passaram a captar e sistematizar uma reflexão sobre tais conteúdos e sua importância para a formação em Serviço Social (vide os documentos e GTPs da ABEPSS, os grupos de pesquisas feministas vinculados ao Serviço Social, eventos realizados no âmbito acadêmico e edições temáticas nas principais revistas da área). Contudo, ainda não possui proeminência nos projetos pedagógicos das instituições de ensino, tal como podemos perceber na análise realizada nos cursos de Serviço Social da região Norte.

A análise dos currículos aponta progressos em relação ao debate das relações de gênero e étnico-raciais, principalmente, nas disciplinas que envolvem diretamente essa discussão,

como é caso da disciplina obrigatória *Relações de gênero e etnia* e da optativa de *Seminário de Política Social III – Gênero, orientação afetivo-sexual e etnia*, ambas da UFPA – Marajó-Breves; ou então, de forma mais específica, tais como apresentam-se nas disciplinas optativas de *Gênero e família no Brasil*, da UFAM – Parintins, *Diversidade sexual, geracional e familiar*, da UFAM – Manaus; e nas obrigatórias *Seminário de Relações Étnico-Raciais no Brasil* e *Seminários de Serviço Social e Relações de Gênero*, da UFT – Miracema.

No entanto, apesar do avanço com a inserção dessas discussões na graduação, é perceptível como a maioria das disciplinas que abordam gênero e raça/etnia o fazem de forma difusa dentro de outras discussões, como exemplo as disciplinas obrigatórias de *Direito e Legislação Social*, da UFAM – Manaus e Parintins, *Serviço Social e Direitos Humanos*, da UFT – Miracema, e *Movimentos Sociais no Brasil e Amazônia*, da UFPA – Marajó-Breves. No que se refere somente à raça/etnia, tal debate perpassa três disciplinas obrigatórias – *História Cultural da Amazônia*, da UFAM – Parintins, *Formação Social, Econômica e Política do Brasil e Antropologia*, da UFT – Miracema, *Formação socioeconômica e política do Marajó*, da UFPA – Marajó-Breves; e uma optativa, *Questões Urbana e Rural na Amazônia*, da UFAM – Manaus.

Apesar do salto teórico, especialmente, no estudo da questão social e da formação social brasileira, observa-se que as lacunas na apreensão dos fundamentos do patriarcado e do racismo, na formação em Serviço Social em nível de graduação, refletem-se no trabalho profissional e comprometem a apreensão da totalidade da vida social dos sujeitos que, em sua maioria, constituem-se usuários das políticas sociais, as quais também são as principais empregadoras dos/as assistentes sociais (Rocha, 2014).

Ressalta-se nessa direção, a relevância da inclusão de disciplinas obrigatórias específicas envolvendo as temáticas de gênero (abrangendo sexualidade) e raça/etnia nos currículos, para garantir o acesso aos referidos conteúdos a curto e médio prazos e a incidência mais direta sobre a formação profissional numa conjuntura de exacerbação do conservadorismo, retrocessos no campo dos direitos e lutas sociais e de reforço ao sexismo, ao racismo e à LGBTQIAPN+fobia. Ademais, sem abdicar da abordagem transversal dos temas nas demais disciplinas.

O Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina que atende majoritariamente o público feminino, com ações que incidem nas refrações da questão social, mediatizadas pelas relações de classe social, gênero e raça/etnia, logo, é necessário ao profissional ter uma formação “[...] que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessórias que não têm verdadeira centralidade no processo de formação profissional” (Lima, 2014, p. 55).

Em relação ao debate racial, Rocha (2014) assevera que, apesar de a discriminação racial dispor de raízes históricas no país e de ser reconhecida pelo Serviço Social como um fenômeno a ser enfrentado, essa discussão ainda não recebe a devida relevância na categoria profissional e no processo de formação. Ao mesmo tempo, a apropriação dessa discussão dá suporte para uma apreensão crítica da realidade.

Em meio a essas possibilidades, deve-se dar atenção especial à importância de articulação *ensino-pesquisa-extensão* e à imprescindível articulação dos projetos de pesquisa desenvolvidos sobre essas temáticas, os conteúdos ministrados em sala de aula e as ações de

extensão oferecidas pelos cursos, incluindo as iniciativas junto aos movimentos sociais de mulheres, feministas, movimento negro, indígena, entre outros. Nesse quesito, apenas a UFAM – Manaus registrou em seu Projeto Pedagógico a presença de tais debates nas atividades de pesquisa e extensão. Todavia, é possível encontrar, nos sites institucionais dos demais cursos, grupos e projetos de pesquisa que se relacionam com essas temáticas, sendo importante destacar para aprofundamento da análise e possibilidades de estudos futuros.

Além disso, chama-se atenção para a necessidade de uma atualização das bibliografias indicadas nos currículos, analisando a pequena referência à produção de autoras/es negras/os e indígenas, expressão das desigualdades estruturais de gênero, étnico-racial e classe. Portanto, a garantia de um status de maior centralidade aos referidos debates na formação em Serviço Social deve abranger tais produções, com vistas ao fortalecimento do pluralismo teórico, princípio do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, alinhado às reais demandas da classe trabalhadora em sua diversidade.

Considerações finais

As reflexões empreendidas ao longo do texto explicitam avanços e desafios para a inclusão e consolidação das temáticas de gênero e raça/etnia na formação de assistentes sociais. Observa-se uma ampliação do debate no conjunto da categoria, porém, na formação em nível de graduação, tais temáticas não assumem centralidade, aparecem nas disciplinas obrigatórias de forma difusa em meio a outros conteúdos, e apenas em algumas disciplinas optativas observa-se um trato mais específico dos temas.

Para o fortalecimento da perspectiva crítica no âmbito do Serviço Social, faz-se relevante aprofundar e ampliar os estudos sobre gênero e raça/etnia na formação profissional, considerando sua inserção nos três núcleos de fundamentação e nas ações de ensino, pesquisa e extensão. A aproximação e apreensão da totalidade só se fazem possíveis com a problematização do conjunto das relações sociais de gênero, raça/etnia e classe que estruturam a sociedade patriarcal-racista-capitalista.

Por fim, o aprofundamento destas questões deve se assentar como proposta coletiva de formação no Serviço Social, comprometida com a crítica da realidade concreta, com vistas à defesa da justiça social e ao enfrentamento ao racismo, sexismo e à LGBTQIAPN+fobia.

Referências

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Brasília (DF): ABEPSS, 1996. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 01 jun. 2024.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Subsídios para o debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF), v. 18, n. 36, p. 422-434, 2019. DOI: 10.22422/temporalis.2018v18n36p422-434. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/23060>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Notícias**, Brasília

(DF): ABEPSS, 10 maio 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 2 jun. 2024.

Amaral, W. R. do; Bilar, J. A. B. A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 180-195, 2º semestre 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/52013/0>. Acesso em: 1 ago. 2023.

Borges, J. L. de J.; Cruz, M. H. S. Questões sobre gênero e formação profissional no curso de Serviço Social da UFS. **Revista Feminismos**, v. 5, n.1, p. 76- 88, jan./abr., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30269>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Cisne, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2018.

Elpídio, M. H. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálysis [online]**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez., 2020. Doi: 10.1590/1982-02592020v23n3p519. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/6h7XvN5pc9v4H4MJF8DkHSb/?lang=pt#>. Acesso em: 16 fev. 2023.

Iamamoto, M. V. Carvalho, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

Lima, R. de L. de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, jan./mar., 2014. Doi:10.1590/S0101-66282014000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/vHCTChb9g3JMwkNjYMjNTsc/?lang=pt>. Acesso em: 17 jul. 2023.

Lole, A. Gênero e Formação Profissional em Serviço Social. **Revista O Social em Questão [on-line]**, n. 45, p. 327-348, set./dez., 2019. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_45_art_SL2.pdf. Acesso em: 14 jul. 2023.

Rocha, R. da F. **A incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social**: avanços e desafios. 2014. Tese (Doutorado em Cultura, Cidadania e Serviço Social) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

Saffioti, H. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, v.1, n. 11, p. 71-75, 2000.

SIGAA UFPA. **Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas**, 2022. Belém: UFPA, 2022. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa>. Acesso em: 8 jun. 2024.

Universidade Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico do Curso Serviço Social**. Manaus: UFAM, 2019. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uDn8kvS8_FSbrGudZz5lZLhPgSIXdgKa/view?usp=sharing. Acesso em: 8 jun. 2024.

Universidade Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico do Curso Serviço Social**. Parintins, 2012. Disponível em: PPC_S.SOCIAL. Versão Final 2012_Atualizado 2017-envio CEG.pdf. Acesso em: 8 jul. 2023.

Universidade Federal do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social**. Breves: UFPA, 2016. Disponível em: https://www.campusbreves.ufpa.br/images/documentos_institucionais/PPC_Servico_Social_2016.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

Universidade Federal do Tocantins. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Tocantins-Miracema, 2024. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/31MojFYxSw6ihzz3-jJtoQ>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Yazbek, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. *In*: Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009.

Milena Fernandes BARROSO Trabalhou na concepção, análise, interpretação dos dados, redação do artigo e na sua revisão crítica. Professora da Graduação e da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade da Amazonia na Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GEPEM/UFS) e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais – TEMPPUS (CNPq/UFAM).

Ana Claudia Lopes MARTINS Trabalhou na análise e interpretação dos dados, na redação do artigo e na sua revisão crítica. Servidora Pública da SEMSA/AM, mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Compõe o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais – TEMPPUS (CNPq/UFAM).

Taysa Cavalcante RODRIGUES Trabalhou na análise e interpretação dos dados, na redação do artigo e revisão crítica. Assistente Social, docente no Centro Universitário FAMETRO, mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais – TEMPPUS (CNPq/UFAM).
